

Anexo II
Metas Fiscais

LDO 2018

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
2018
ANEXO II
METAS FISCAIS

Em atendimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e em conformidade com o determinado na **Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 403, de 28 de junho de 2016**, o presente Anexo de Metas Fiscais contém os seguintes demonstrativos:

1. Metas Anuais
2. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
3. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
4. Evolução do Patrimônio Líquido
5. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
6. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
7. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado



MINISTÉRIO DA FAZENDA



PORTARIA Nº 403, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Aprova a 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

A **SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e Considerando o disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 18 da Lei nº 10.180, de 2001, complementadas pelas atribuições definidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 2009, e nos incisos XIV, XXI, XXII e XXIII do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011;

Considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Aprovar a 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), o qual compreende os relatórios e anexos referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º e nos arts. 48, 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverão ser elaborados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

Parágrafo único. A 7ª edição do MDF aprovada por esta Portaria, bem como eventuais alterações e atualizações, serão disponibilizadas no endereço eletrônico <<http://tesouro.gov.br/web/stn/mdf>>.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos aplicados a partir do exercício financeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se, a partir de 1º de janeiro de 2017, as Portarias STN nº 553, de 22 de setembro de 2014, nº 10, de 7 de janeiro de 2015, nº 163 de 23 de março de 2015 e nº 275 de 13 de maio de 2016.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

1. Metas Anuais

1.1. Metas Anuais de 2018 a 2020

O demonstrativo em análise estabelece as metas de resultado primário e nominal do **Município de São Lourenço - MG**, para o exercício de 2018 e indicando as metas para 2019 e 2020 em valores correntes e constantes, destacando receitas e despesas, totais e primárias, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida.

As metas indicadas para os anos de 2019 e 2020 deverão ser revistas nas próximas proposições de suas diretrizes orçamentárias.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas Anuais
2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2018		2019		2020	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	Corrente	Constante	Corrente	Constante	Corrente	Constante
	(a)		(b)		(c)	
Receita Total	154.903.986	148.233.479	165.921.532	151.939.316	177.722.701	155.737.799
Receitas Primárias (I)	152.511.766	145.944.274	163.359.165	149.592.880	174.978.086	153.332.702
Despesa Total	154.903.986	148.233.479	165.921.532	151.939.316	177.722.701	155.737.799
Despesas Primárias (II)	153.042.510	146.452.162	163.927.658	150.113.467	175.587.013	153.866.303
Resultado Primário (III) = (I – II)	(530.744)	(507.889)	(568.493)	(520.586)	(608.927)	(533.601)
Resultado Nominal	(2.528.646)	(2.419.757)	(2.798.903)	(2.563.040)	(3.094.311)	(2.711.534)
Dívida Pública Consolidada	21.258.007	20.342.591	20.419.982	18.699.189	19.381.351	16.983.812
Dívida Consolidada Líquida	3.643.286	3.486.398	1.994.983	1.826.866	108.803	95.344
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-

Nota: PIB Estadual projetado não divulgado

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

a) Receitas primárias: correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações.

b) Despesas primárias: correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

c) Resultado primário: é o resultado entre as receitas primárias menos as despesas primárias. Indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias.

d) Resultado nominal: representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

e) Dívida pública consolidada: corresponde ao montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação decorrente de emissão de títulos, assumidos em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; e dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

f) Dívida consolidada líquida/DCL: corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros líquidos dos restos a pagar processados.

1.2. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

O cálculo das metas descritas no Demonstrativo I foi realizado considerando-se os seguintes parâmetros macroeconômicos, constantes do Relatório Focus do Banco Central de Brasil, de 31 de março de 2017:

Variáveis	2017	2018	2019	2020
PIB (% de crescimento)	0,47	2,50	2,50	2,50
IPCA (%)	4,10	4,50	4,50	4,50
IGP-M (%)	4,36	4,60	4,60	4,60
Meta Taxa Selic - média do período (% a.a.)	10,38	8,75	8,75	8,75
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,25	3,40	3,40	3,40

Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 31/03/2017.

Para efetuar o cálculo em valores constantes de 2017, os valores correntes foram deflacionados com base nas variações previstas para o Índice de Preço ao Consumidor Amplo/ IPCA, destacados na tabela acima.

1.2.1. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas

As metas anuais de receitas do **Município de São Lourenço/MG** foram calculadas, com dados consolidados do SAAE, a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Total de Receitas			
Especificação	<i>Valores nominais</i>		
	Previsão		
	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES	162.732.408	174.306.750	186.704.318
Receitas Tributárias	27.747.533	29.721.076	31.834.987
Receitas de Contribuições	3.033.426	3.249.179	3.480.276
Receitas Patrimoniais	2.449.434	2.623.650	2.810.257
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	2.297.075	2.460.455	2.635.454
Demais Receitas Patrimoniais	152.359	163.195	174.803
Receitas de Serviços	15.840.037	16.966.659	18.173.413
Transferências Correntes	108.318.471	116.022.622	124.274.731
Cota-Parte do FPM	32.802.881	35.135.986	37.635.033
Cota-Parte do ITR	4.726	5.062	5.422
Cota-Parte do ICMS Desoneração - LC 87/96	71.261	76.329	81.758
Cota-Parte do ICMS	11.663.487	12.493.052	13.381.621
Cota-Parte do IPI	144.781	155.078	166.108
Cota-Parte do IPVA	6.918.197	7.410.254	7.937.308
Transferências do SUS	37.471.098	40.136.230	42.990.919
Transferências do FUNDEB	14.202.053	15.212.174	16.294.140
Outras Transferências Correntes	5.039.988	5.398.457	5.782.422
Demais Receitas Correntes	5.343.507	5.723.564	6.130.652
RECEITAS DE CAPITAL	2.492.645	2.669.934	2.859.833
Operações de Crédito	-	-	-
Alienações de Bens	95.145	101.912	109.161
Transferências de Capital	2.397.500	2.568.022	2.750.673
Outras Receitas de Capital	-	-	-
DEDUÇÃO FUNDEB	(10.321.066)	(11.055.152)	(11.841.450)
TOTAL	154.903.986	165.921.532	177.722.701

As descrições seguintes apresentam a metodologia e o cálculo das principais fontes de receitas do Município:

1.2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes são ingressos de recursos financeiros, que podem ser arrecadados no próprio Município ou recebidos por meio de transferências da União ou do Estado, por exemplo.

A base das projeções desta categoria de receitas são as variáveis macroeconômicas citadas, sobretudo os comportamentos esperados para o PIB e para a inflação nos períodos vindouros, aplicados sobre a receita arrecadada em 2016 e a reestimativa da receita para 2017, conforme detalhado a seguir:

Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	124.913.125	-
2016	139.950.081	12,04
2017	154.587.949	10,46
2018	162.732.408	5,27
2019	174.306.750	7,11
2020	186.704.318	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada

a) Receita Tributária:

A Receita Tributária de **São Lourenço/MG** é composta por IPTU, Imposto de Renda Retido nas Fontes, ITBI, ISSQN e Taxas.

O aumento gradual e constante previsto para a Receita Tributária provém da expectativa de continuidade na política de intensificação da fiscalização tributária municipal.

A tabela a seguir mostra o valor arrecadado em 2015 e 2016 e o valor projetado para 2017 a 2020.

Receita Tributária		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	20.334.948	-
2016	24.118.181	18,60
2017	26.529.999	10,00
2018	27.747.533	4,59
2019	29.721.076	7,11
2020	31.834.987	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada

b) Receita de Contribuição:

Sua fonte de arrecadação no Município é a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

A meta de arrecadação desta fonte de receita foi projetada tendo por base os valores arrecadados em 2016, atualizados pela variação estimada do IPCA e do PIB.

Receita da Contribuição		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	2.477.837	-
2016	2.636.657	6,41
2017	2.900.323	10,00
2018	3.033.426	4,59
2019	3.249.179	7,11
2020	3.480.276	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual

2017-2020 Receita projetada

c) Receita Patrimonial:

Sua principal fonte de arrecadação é proveniente de recursos originados da remuneração de depósitos bancários.

As projeções foram realizadas considerando a arrecadação dos anos de 2015 e 2016, atualizados pela variação estimada do IPCA.

Receita Patrimonial		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	3.738.461	-
2016	2.129.050	(43,05)
2017	2.341.955	10,00
2018	2.449.434	4,59
2019	2.623.650	7,11
2020	2.810.257	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual

2017-2020 Receita projetada

d) Receita de Serviços:

As principais fontes de arrecadação da Receita de Serviços são compostas pelos serviços de captação, tratamento e distribuição de água e pelos serviços de coleta e destinação final de esgotos. Com menor importância relativa a compõem, ainda, a coleta de resíduos sólidos e os serviços administrativos.

Considerando que estes serviços são reajustados pelo IGP-M, os valores previstos para 2018 a 2020 foram estimados com base no fluxo da arrecadação recente, considerando ainda a recomposição dos custos do SSAE em 2017 e em previsões sobre o desempenho futuro e de acordo com sua variação e do PIB projetadas para o período.

Receita de Serviços		
Metas Anuais	Valor Nominal	Varição %
2015	11.170.772	-
2016	13.183.756	18,02
2017	15.144.992	14,88
2018	15.840.037	4,59
2019	16.966.659	7,11
2020	18.173.413	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada

e) Transferências Correntes:

Esta fonte de recursos inclui as transferências constitucionais, legais e voluntárias da União e do Estado de Minas Gerais, as transferências multigovernamentais e as transferências de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Os valores para 2017 a 2020 foram obtidos com base nas variações previstas para o Índice de Preço ao Consumidor Amplo/IPCA e o crescimento estimado do PIB, tomando-se como base a receita realizada em 2016.

Transferências Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal	Varição %
2015	84.013.179	-
2016	93.237.855	10,98
2017	102.561.641	10,00
2018	108.318.471	5,61
2019	116.022.622	7,11
2020	124.274.731	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada

As projeções das transferências correntes são detalhadas a seguir:

FPM		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	24.547.623	-
2016	28.512.295	16,15
2017	31.363.524	10,00
2018	32.802.881	4,59
2019	35.135.986	7,11
2020	37.635.033	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada

ICMS		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	9.511.999	-
2016	10.137.914	6,58
2017	11.151.705	10,00
2018	11.663.487	4,59
2019	12.493.052	7,11
2020	13.381.621	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada

IPI		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	173.470	-
2016	125.843	(27,46)
2017	138.428	10,00
2018	144.781	4,59
2019	155.078	7,11
2020	166.108	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada

IPVA

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	5.441.903	-
2016	6.013.304	10,50
2017	6.614.634	10,00
2018	6.918.197	4,59
2019	7.410.254	7,11
2020	7.937.308	7,11

*Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada*

SUS

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	29.522.857	-
2016	32.569.913	10,32
2017	35.826.905	10,00
2018	37.471.098	4,59
2019	40.136.230	7,11
2020	42.990.919	7,11

*Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada*

FUNDEB

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	11.665.852	-
2016	12.344.438	5,82
2017	13.578.881	10,00
2018	14.202.053	4,59
2019	15.212.174	7,11
2020	16.294.140	7,11

*Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada*

Demais Transferências Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	3.149.476	-
2016	3.534.149	12,21
2017	3.887.564	10,00
2018	5.115.974	31,60
2019	5.479.848	7,11
2020	5.869.602	7,11

*Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada*

f) Outras Receitas Correntes:

São incluídas neste grupo de receitas as multas, os juros, as indenizações e restituições, a dívida ativa e outras.

De acordo com o histórico recente de arrecadação das outras receitas correntes foram projetados os valores para 2017 a 2020.

Outras Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal	Varição %
2015	3.177.927	-
2016	4.644.581	46,15
2017	5.109.039	10,00
2018	5.343.507	4,59
2019	5.723.564	7,11
2020	6.130.652	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada

1.2.1.2. Receitas de Capital

Esta categoria econômica de receita compreende as operações de crédito, a alienação de bens, as transferências de capital e outras. Sua maior fonte de arrecadação são as expectativas de convênios com o Estado e a União. São estimados os seguintes valores para o período 2017 a 2020:

Receitas de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal	Varição %
2015	193.688	-
2016	524.578	170,84
2017	1.090.970	107,97
2018	2.492.645	128,48
2019	2.669.934	7,11
2020	2.859.833	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada

a) Alienações de Bens:

Para o período de 2018 a 2020 são previstos os seguintes valores relativos à alienação de bens móveis:

Alienação de Bens		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	40.420	-
2016	82.700	104,60
2017	90.970	10,00
2018	95.145	4,59
2019	101.912	7,11
2020	109.161	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada

b) Transferências de Capital:

São projetados os seguintes valores de transferências de convênios firmados com a União e o Estado de Minas Gerais para investimentos em programas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e outros.

Transferências de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	152.917	-
2016	441.875	188,96
2017	1.000.000	126,31
2018	2.397.500	139,75
2019	2.568.022	7,11
2020	2.750.673	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2017-2020 Receita projetada

1.2.2. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

As metas anuais de despesas do Município de **São Lourenço/MG** foram projetadas de acordo com as estimativas de receita, objetivando o equilíbrio orçamentário financeiro e com base nas seguintes despesas orçamentárias:

Especificação	Total de Despesas		
	2018	2019	2020
DESPEAS CORRENTES	145.669.818	156.030.584	167.128.259
Pessoal e Encargos	71.862.665	76.973.897	82.448.666
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	73.807.153	79.056.687	84.679.593
DESPEAS DE CAPITAL	9.014.168	9.655.300	10.342.034
Investimentos	7.152.692	7.661.427	8.206.346
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida Contratada	1.861.476	1.993.874	2.135.688
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	220.000	235.648	252.408
TOTAL	154.903.986	165.921.532	177.722.701

As descrições seguintes apresentam a metodologia e o cálculo das fontes de despesas do Município:

1.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes são as aquelas que se realizam de forma contínua, uma vez que estão ligadas à manutenção da ação governamental.

Compreendem as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

Os valores realizados de 2015 e 2016 e os previstos para 2017 a 2020 são apresentados na seguinte tabela:

Despesas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	107.566.292	-
2016	122.804.259	14,17
2017	137.736.992	12,16
2018	145.669.818	5,76
2019	156.030.584	7,11
2020	167.128.259	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2016-2019 Despesa projetada

a) Despesas de Pessoal e Encargos:

As despesas com pessoal e encargos sociais foram projetadas pela Administração Municipal com base nos valores gastos em 2016 e considerados o crescimento vegetativo da folha de pagamento, o reajuste anual e o preenchimento de cargos públicos necessários à ampliação, expansão ou criação de ação governamental.

Pessoal e Encargos		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	55.511.704	-
2016	63.332.297	14,09
2017	69.665.526	10,00
2018	71.862.665	3,15
2019	76.973.897	7,11
2020	82.448.666	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2016-2019 Despesa projetada

b) Outras Despesas Correntes:

São incluídas neste grupo de despesas orçamentárias a aquisição de material de consumo, materiais para distribuição gratuita, indenizações e restituições, o pagamento de diárias, as contribuições e subvenções, a contratação de serviços terceiros, o pagamento de auxílio-alimentação, além de outras despesas.

Sua projeção teve como parâmetro os valores gastos nos anos recentes.

Outras Despesas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	52.054.589	-
2016	59.471.963	14,25
2017	68.071.466	14,46
2018	73.807.153	8,43
2019	79.056.687	7,11
2020	84.679.593	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2016-2019 Despesa projetada

1.2.2.2. Despesas de Capital

Compreendem as despesas de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

As metas anuais de Despesas de Capital para o triênio 2018 a 2020 é a que segue:

Despesas de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	11.843.265	-
2016	7.139.762	(39,71)
2017	7.853.738	10,00
2018	9.014.168	14,78
2019	9.655.300	7,11
2020	10.342.034	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2016-2019 Despesa projetada

a) Investimentos e Inversões Financeiras:

As projeções anuais para estes 2 grupos da despesa foram calculadas a partir das metas da Administração Municipal de **São Lourenço/MG**, para período 2017/2020 e são apresentadas abaixo:

Investimentos/Inversões Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	10.744.934	-
2016	5.521.765	(48,61)
2017	6.073.942	10,00
2018	7.152.692	17,76
2019	7.661.427	7,11
2020	8.206.346	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2016-2019 Despesa projetada

b) Amortização da Dívida:

Para previsão dos valores de pagamento da dívida foram considerados os contratos em vigor da Administração Direta, incluindo o parcelamento do INSS, do PASEP e do FGTS.

Amortização da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2015	1.098.331	-
2016	1.617.997	47,31
2017	1.779.796	10,00
2018	1.861.476	4,59
2019	1.993.874	7,11
2020	2.135.688	7,11

Fonte: 2015-2016 Prestação de Contas Anual
2016-2019 Despesa projetada

1.2.3. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Em atendimento ao art. 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal, a tabela a seguir demonstra as metas de resultados primários projetados para o Município de **São Lourenço/MG**, para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois subseqüentes.

Os dados relativos a receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.

O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional/STN, relativas às normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público/CASP.

Meta Fiscal - Resultado Primário

Valores nominais

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (1)	124.913.125	139.950.081	154.587.949	162.732.408	174.306.750	186.704.318
Receitas Tributárias	20.334.948	24.118.181	26.529.999	27.747.533	29.721.076	31.834.987
Receitas de Contribuições	2.477.837	2.636.657	2.900.323	3.033.426	3.249.179	3.480.276
Receitas Patrimoniais						
Aplicações Financeiras (2)	2.179.778	1.996.620	2.196.282	2.297.075	2.460.455	2.635.454
Demais Receitas Patrimoniais	1.558.683	132.430	145.673	152.359	163.195	174.803
Receitas de Serviços	11.170.772	13.183.756	15.144.992	15.840.037	16.966.659	18.173.413
Transferências Correntes	84.013.179	93.237.855	102.561.641	108.318.471	116.022.622	124.274.731
Outras Receitas Correntes	3.177.927	4.644.581	5.109.039	5.343.507	5.723.564	6.130.652
DEDUÇÃO FUNDEB (3)	(7.692.387)	(8.579.169)	(9.868.189)	(10.321.066)	(11.055.152)	(11.841.450)
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (4) = (1 - 2 - 3)	115.040.959	129.374.292	142.523.479	150.114.266	160.791.143	172.227.413
RECEITAS DE CAPITAL (5)	193.688	524.578	1.090.970	2.492.645	2.669.934	2.859.833
Operações de Crédito (6)	-	-	-	-	-	-
Alienações de Bens (7)	40.420	82.700	90.970	95.145	101.912	109.161
Transferências de Capital	152.917	441.875	1.000.000	2.397.500	2.568.022	2.750.673
Outras Receitas de Capital	351	3	-	-	-	-
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (8) = (5 - 6 - 7)	153.268	441.878	1.000.000	2.397.500	2.568.022	2.750.673
RECEITAS PRIMÁRIAS (9) = (4 + 8)	115.194.227	129.816.170	143.523.479	152.511.766	163.359.165	174.978.086
DESPESAS CORRENTES (10)	107.566.292	122.804.259	137.736.992	145.669.818	156.030.584	167.128.259
Pessoal e Encargos	55.511.704	63.332.297	69.665.526	71.862.665	76.973.897	82.448.666
Juros e Encargos da Dívida (11)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	52.054.589	59.471.963	68.071.466	73.807.153	79.056.687	84.679.593
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (12) = (10 - 11)	107.566.292	122.804.259	137.736.992	145.669.818	156.030.584	167.128.259
DESPESAS DE CAPITAL (13)	11.843.265	7.139.762	7.853.738	9.014.168	9.655.300	10.342.034
Investimentos	10.744.934	5.521.765	6.073.942	7.152.692	7.661.427	8.206.346
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Contratada (14)	1.098.331	1.617.997	1.779.796	1.861.476	1.993.874	2.135.688
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (15) = (13 - 14)	10.744.934	5.521.765	6.073.942	7.152.692	7.661.427	8.206.346
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (16)	-	-	220.000	220.000	235.648	252.408
DESPESAS PRIMÁRIAS (17) = (12 + 15 + 16)	118.311.226	128.326.025	144.030.934	153.042.510	163.927.658	175.587.013
RESULTADO PRIMÁRIO (9 - 17)	(3.116.999)	1.490.146	(507.455)	(530.744)	(568.493)	(608.927)

1.2.4. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

O Resultado Nominal mede a variação anual do estoque da dívida pública.

Em conformidade com o art. 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal, trazemos a seguir os resultados nominais apurados em 2015 e 2016 e os projetados para 2018 a 2020.

Meta Fiscal - Resultado Nominal

Especificação	Valores nominais					
	2015 (b)	2016 (c)	2017 (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (1)	20.209.930	22.455.457	21.916.200	21.258.007	20.419.982	19.381.351
DEDUÇÕES (2)	16.051.634	16.033.588	16.840.078	17.614.721	18.424.998	19.272.548
Ativo Disponível	22.747.340	20.905.087	21.956.613	22.966.617	24.023.082	25.128.144
Haveres Financeiros	43.225	58.503	61.446	64.273	67.229	70.322
(-) Restos a Pagar Processados	6.738.932	4.930.002	5.177.982	5.416.169	5.665.312	5.925.917
DÍVIDA CONSOLID. LÍQUIDA (3) = (1 - 2)	4.158.297	6.421.869	5.076.122	3.643.286	1.994.983	108.803
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (4)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (5)	11.111.286	337.111	21.916.200	23.012.010	24.162.611	25.370.741
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (3 + 4 - 5)	-6.952.990	6.084.758	-16.840.078	-19.368.724	-22.167.627	-25.261.938
	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
RESULTADO NOMINAL	9.591.127	13.037.748	-22.924.835	-2.528.646	-2.798.903	-3.094.311

* Refere-se à Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2014

O cálculo das metas anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado de acordo com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria de Tesouro Nacional/STN.

1.2.5. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

A Dívida Consolidada Líquida corresponde à dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Em atendimento ao art. 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentamos a seguir a Dívida Consolidada Líquida do Município de **São Lourenço/MG**, em compatibilidade com o Anexo 9 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, data-base 31/12/2015 e 31/12/2016 e a prevista para o período de 2017 a 2020.

Meta Fiscal - Montante da Dívida

Valores nominais

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (1)	20.209.930	22.455.457	21.916.200	21.258.007	20.419.982	19.381.351
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	20.209.930	22.455.457	21.916.200	21.258.007	20.419.982	19.381.351
DEDUÇÕES (2)	16.051.634	16.033.588	16.840.078	17.614.721	18.424.998	19.272.548
Ativo Disponível	22.747.340	20.905.087	21.956.613	22.966.617	24.023.082	25.128.144
Haveres Financeiros	43.225	58.503	61.446	64.273	67.229	70.322
(-) Restos a Pagar Processados	6.738.932	4.930.002	5.177.982	5.416.169	5.665.312	5.925.917
DCL (3) = (1 - 2)	4.158.297	6.421.869	5.076.122	3.643.286	1.994.983	108.803

2. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

O demonstrativo a seguir apresenta o comparativo entre as metas de receita, despesa, montante da dívida, resultado primário e resultado nominal, fixadas para 2016, e os valores efetivamente verificados no exercício.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2018

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2016 (a)	Metas Realizadas % RCL 2016 (b)	Variação	
			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	120.446.283	131.895.490	11.449.207	9,51
Receitas Primárias (I)	118.639.352	129.816.170	11.176.818	9,42
Despesa Total	120.446.283	129.944.022	9.497.739	7,89
Despesas Primárias (II)	118.118.139	128.326.025	10.207.886	8,64
Resultado Primário (III) = (I-II)	521.213	1.490.146	968.933	185,90
Resultado Nominal	(555.657)	13.037.748	13.593.405	(2.446,37)
Dívida Pública Consolidada	18.327.396	22.455.457	4.128.061	22,52
Dívida Consolidada Líquida	5.692.237	6.421.869	729.632	12,82

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, data-base 31/12/2016

3. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

De acordo com o § 2º, inciso II, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, compõe, ainda, o Anexo de Metas Fiscais, o comparativo das Metas Anuais fixadas nos três exercícios anteriores com as projetadas para os três exercícios subsequentes.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
2018

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	108.194.112	120.446.283	11,32	127.775.469	6,09	154.903.986	21,23	165.921.532	7,11	177.722.701	7,11
Receitas Primárias (1)	107.042.309	118.639.352	10,83	125.355.164	5,66	152.511.766	21,66	163.359.165	7,11	174.978.086	7,11
Despesa Total	108.194.112	120.446.283	11,32	127.775.469	6,09	154.903.986	21,23	165.921.532	7,11	177.722.701	7,11
Despesas Primárias (2)	106.020.282	118.118.139	11,41	126.581.137	7,16	153.042.510	20,90	163.927.658	7,11	175.587.013	7,11
Resultado Primário (3)=(1-2)	1.022.027	521.213	(49,00)	(1.225.973)	(335,22)	(530.744)	(56,71)	(568.493)	7,11	(608.927)	7,11
Resultado Nominal	(555.657)	(555.657)	-	(963.102)	73,33	(2.528.646)	163	(2.798.903)	10,69	(3.094.311)	10,55
Dívida Pública Consolidada	18.753.050	18.327.396	(2,27)	20.180.192	10,11	21.258.007	5,34	20.419.982	(3,94)	19.381.351	(5,09)
Dívida Consolidada Líquida	6.117.891	5.692.237	(6,96)	(536.172)	(505.823,00)	3.643.286	(779,50)	1.994.983	(45,24)	108.803	(94,55)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	119.712.362	125.384.581	4,74	127.775.469	1,91	148.233.479	16,01	151.939.316	2,50	155.737.799	2,50
Receitas Primárias (1)	118.437.939	123.503.565	4,28	125.355.164	1,50	145.944.274	16,42	149.592.880	2,50	153.332.702	2,50
Despesa Total	119.712.362	125.384.581	4,74	127.775.469	1,91	148.233.479	16,01	151.939.316	2,50	155.737.799	2,50
Despesas Primárias (2)	117.307.108	122.960.983	4,82	126.581.137	2,94	146.452.162	15,70	150.113.467	2,50	153.866.303	2,50
Resultado Primário (3)=(1-2)	1.130.831	542.583	(52,02)	(1.225.973)	(325,95)	(507.889)	(58,57)	(520.586)	2,50	(533.601)	2,50
Resultado Nominal	(614.812)	(578.439)	(5,92)	(963.102)	66,50	(2.419.757)	151	(2.563.040)	5,92	(2.711.534)	5,79
Dívida Pública Consolidada	20.749.483	19.078.819	(8,05)	20.180.192	5,77	20.342.591	0,80	18.699.189	(8,08)	16.983.812	(9,17)
Dívida Consolidada Líquida	6.769.196	5.925.619	(12,46)	(536.172)	(109,05)	3.486.398	(750,24)	1.826.866	(47,60)	95.344	(94,78)

A parte superior da tabela apresenta as metas fixadas em valores correntes, enquanto que a parte inferior da tabela expressa o comparativo a preços constantes 2017, adotando-se as

seguintes variações anuais para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, como fator de atualização dos valores.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índices de Inflação	10,67	6,29	4,10	4,50	4,50	4,50

Nota: 2017 – 2020 Inflação média (% anual) projetada c/ base no IPCA, com base no Relatório Focus do BACEN de 31/03/2017

4. Evolução do Patrimônio Líquido

Em atendimento ao § 2º, inciso II, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentamos a Evolução do Patrimônio Líquido do Município de **São Lourenço/MG**, nos anos de 2014 a 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Evolução do Patrimônio Líquido
2018

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	463.713.937	100	164.889.174	100	157.935.370	100
TOTAL	463.713.937	100	164.889.174	100	157.935.370	100

5. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Este demonstrativo tem como finalidade destacar a receita de capital oriunda da alienação de ativos, bem como sua aplicação em despesa de capital nos exercícios de 2014 a 2016 em consonância com o inciso III, § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme disposto no Art. 44 da referida lei, é vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2018

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (1)	85.445	40.420	83.823
Alienação de Bens Móveis	85.445	40.420	83.823
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (2)	49.022	55.412	14.880
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	49.022	55.412	14.880
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2016 (g) = (1a - d2) + 3h	2015 (h) = (1b - 2e) + 3i	2014 (i) = (1c - 2f)
VALOR (3)	90.374	53.951	68.943

Fonte: Anexo 13 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Nota Explicativa: Na coluna "Receitas Realizadas" incluso rendimentos de aplicações financeiras.

6. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 14, § 1º estabelece: "a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não

geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

Na mesma norma se define também que a concessão ou ampliação de incentivo fiscal do qual decorra renúncia de receita deve atender alternativamente a um dos seguintes critérios: estar prevista na projeção orçamentária constante das metas fiscais estipuladas ou, em caso negativo, ser acompanhada de medida de compensação, de forma a não comprometer tais metas.

Para o triênio 2018/2020 não está previsto a concessão de benefícios fiscais que representem renúncia de receita.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2018

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
			-	-	-	
			-	-	-	
			-	-	-	
TOTAL			-	-	-	

7. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar n.º 101/2000, LRF, define no art. 17, despesa obrigatória de caráter continuado (DOCC) como "a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios”.

Na atual conjuntura político-econômica e as incertezas futuras que passa o País e suas implicações na arrecadação e distribuição de receitas, para o exercício de 2018 foi aplicado um percentual mínimo de 2%, obtendo-se uma margem de R\$ 2.864.090 (Dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos), para cobertura das despesas obrigatórias de caráter continuado

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
2018

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2018
Aumento Permanente da Receita	3.254.648
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	390.558
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (1)	2.864.090
Redução Permanente de Despesa (2)	-
Margem Bruta (3) = (1+2)	2.864.090
Saldo Utilizado da Margem Bruta (4)	
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (5) = (3-4)	2.864.090